



SERVIÇOS FINANCEIROS



BANCO GMAC S.A.
CNPJ nº 59.274.605/0001-13

CRUZE SPORT

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Avaliação do Resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as operações de crédito e arrendamento mercantil atingiram o montante de R\$11.106 milhões (2017 - R\$9.516 milhões). O Patrimônio Líquido atingiu R\$2.243 milhões (2017 - R\$1.970 milhões) e os Ativos totalizaram R\$13.916 milhões (2017 - R\$12.415 milhões). O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2018 foi de 19,1% (2017 - 17,39%).

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em conformidade com nossas políticas internas, conjuntamente com as diretrizes estabelecidas pela nossa matriz em Detroit-EUA, o Banco GMAC S.A. possui estrutura de gestão de riscos rotineira para as melhores práticas internacionais e atendimento das exigências dos agentes reguladores locais. Neste sentido, o Banco conta com políticas de gerenciamento de

riscos e procedimentos de controle e monitoramento contínuo, e de forma independente das áreas de negócio, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida de administração de riscos.

As informações sobre a estrutura de gerenciamento dos riscos encontram-se disponíveis em nosso portal www.chevroletfs.com.br, e são distribuídas ao público de relacionamento do Banco.

Ouidoria

Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos, em conformidade com as Resoluções nº 3.477 e nº 4.567 do Conselho Monetário Nacional.

São Paulo, 21 de março de 2019

A Administração

Balanços Patrimoniais

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		8.311.011	7.261.442	Circulante		7.426.864	6.403.398
Disponibilidades	4	64.873	77.055	Depósitos	12	5.204.115	3.751.502
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	461.735	575.181	Depósitos interfinanceiros		2.405.452	1.959.406
Aplicações no mercado aberto		461.735	575.181	Depósitos a prazo		2.798.663	1.792.096
Operações de Crédito	7	6.863.719	5.941.616	Obrigações por Emissão de Letras Financeiras	12	590.624	643.219
Operações de crédito - setor privado		5.678.695	4.529.611	Obrigações por emissão de Letras Financeiras		590.624	643.219
Operações de crédito - vinculadas à cessão		1.332.693	1.553.407	Outras Obrigações		1.632.124	2.008.677
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(147.670)	(141.402)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		12.780	10.405
Operações de Arrendamento Mercantil	7	(29)	(145)	Sociais e estatutárias	18b	-	7.650
Operações de arrendamento a receber - setor privado		40.971	6.237	Fiscais e previdenciárias	15	120.545	206.447
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(40.793)	(6.237)	Diversas	14	1.498.799	1.784.175
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa		(207)	(145)	Exigível a Longo Prazo		4.059.405	3.809.893
Outros Créditos		911.599	638.571	Depósitos	12	945.776	1.377.344
Diversos	8	380.521	434.101	Depósitos interfinanceiros		-	550.621
Títulos e créditos a receber	7a	534.154	206.535	Depósitos a prazo		945.776	826.723
(-) Provisão para operações de cessão de recebíveis de liquidação duvidosa	7h	(3.076)	(2.065)	Obrigações por Emissão de Letras Financeiras	12	1.428.662	720.501
Outros Valores e Bens		9.114	29.164	Obrigações por emissão de Letras Financeiras		1.428.662	720.501
Bens não de uso próprio	9a	2.939	2.541	Outras Obrigações		1.684.967	1.712.048
Despesas antecipadas	9b	6.175	26.623	Fiscais e previdenciárias	15	965.669	814.649
Realizável a Longo Prazo		4.894.410	4.581.621	Diversas	14	719.298	897.399
Títulos e Valores Mobiliários	5b	146.964	115.369	Resultado de Exercícios Futuros		187.199	232.146
Carteira própria		146.964	115.369	Resultado de exercícios futuros	17	187.199	232.146
Operações de Crédito	7	3.403.150	3.139.894	Patrimônio Líquido		2.242.822	1.969.645
Operações de crédito - setor privado		2.881.299	2.483.675	Capital	18	1.864.713	1.688.282
Operações de crédito - vinculadas à cessão		624.244	732.931	De domiciliados no país		1.864.713	1.688.282
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(102.392)	(76.712)	Reserva de Lucros	18	378.109	281.363
Operações de Arrendamento Mercantil	7	(135)	(113)				
Operações de arrendamento a receber - setor privado		20.221	4.836				
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(20.133)	(4.836)				
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa		(223)	(113)				
Outros Créditos		1.341.476	1.320.074				
Diversos	8	1.341.476	1.320.074				
Outros Valores e Bens		2.954	6.397				
Despesas antecipadas	9b	2.954	6.397				
Permanente		710.869	572.019				
Investimentos		642.308	549.776				
Participações em controladas no país	10	642.308	549.776				
Imobilizado de Uso		13.632	12.480				
Outras imobilizações de uso		22.242	19.424				
(-) Depreciações acumuladas		(8.610)	(6.944)				
Imobilizado de Arrendamento	11	54.929	9.763				
Bens arrendados		68.570	12.342				
Superveniência de depreciação		(4.886)	(284)				
(-) Depreciações acumuladas		(8.755)	(2.295)				
Total do Ativo		13.916.290	12.415.082	Total do Passivo		13.916.290	12.415.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
E SEMESTRE FINDO EM DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2º Semestre	2018	2017
Receitas de Intermediação Financeira		892.236	1.780.987	1.868.257
Operações de crédito	19	862.282	1.725.078	1.799.612
Operações de arrendamento mercantil		10.093	15.121	5.262
Resultado com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	5	19.861	40.788	63.383
Despesas da Intermediação Financeira		(463.058)	(912.254)	(1.129.527)
Operações de captações no mercado	12a	(249.796)	(493.799)	(578.592)
Operações de arrendamento mercantil		(8.515)	(11.726)	(3.217)
Operações de vendas ou transferência de ativos financeiros		(84.594)	(194.657)	(354.694)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(120.153)	(212.072)	(193.024)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		429.178	868.733	738.730
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(140.289)	(269.142)	(299.025)
Receitas de prestação de serviços		38.557	73.563	67.507
Rendas de tarifas bancárias	24	46.900	89.199	92.083
Despesas de Pessoal	20	(55.221)	(105.484)	(102.358)
Outras despesas administrativas	21	(173.890)	(335.695)	(353.697)
Despesas tributárias	25	(33.603)	(66.055)	(58.876)
Resultado de equivalência patrimonial	10	45.531	92.531	87.196
Outras receitas operacionais	22	32.138	63.689	83.106
Outras despesas operacionais	23	(40.701)	(80.890)	(113.986)
Resultado Operacional		288.889	599.591	439.705
Resultado Não Operacional		375	1.785	4.073
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		289.264	601.376	443.778
Imposto de Renda e Contribuição Social		(49.061)	(164.556)	(104.156)
Provisão para imposto de renda corrente		(16.513)	(53.427)	(18.658)
Provisão para contribuição social corrente		(21.733)	(64.819)	(22.922)
Ativo fiscal diferido		(10.815)	(46.310)	(62.576)
Participações estatutárias no lucro		(14.597)	(31.234)	(22.748)
Lucro Líquido do Exercício		225.606	405.586	316.874
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações - R\$		197,66	355,34	277,62
Total de ações - 1.141.400.925				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
E SEMESTRE FINDO EM DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Reserva de Lucros Legal	Reserva de Lucros Outras	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	1.585.711	89.089	102.571	-	1.777.371
Lucro líquido do semestre	-	-	-	316.875	316.875
Destinação do lucro:					
Reservas de lucro	-	15.844	176.431	(192.275)	-
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 08 de junho de 2017 (nota 18c)	102.571	-	(102.571)	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(124.600)	(124.600)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	1.688.282	104.933	176.431	-	1.969.646
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	1.688.282	104.933	176.431	-	1.969.646
Lucro líquido do exercício	-	-	-	405.586	405.586
Destinação do lucro:					
Reservas de lucro	-	20.279	252.897	(273.176)	-
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 30 de maio de 2018 (nota 18c)	176.431	-	(176.431)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(132.410)	(132.410)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1.864.713	125.212	252.897	-	2.242.822
Saldos em 30 de Junho de 2018	1.864.713	113.932	170.981	-	2.149.626
Lucro líquido do semestre	-	-	-	225.606	225.606
Destinação do lucro:					
Reservas de lucro	-	11.280	81.916	(93.196)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(132.410)	(132.410)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1.864.713	125.212	252.897	-	2.242.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →



SERVIÇOS FINANCEIROS

ONIX

BANCO GMAC S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

ONIX



continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais - R\$)

(iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes; e (iv) expectativa de realização do crédito tributário. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A caixa e equivalentes de caixa estão compostos da seguinte forma:

	2018	2017
Disponibilidades	64.873	77.055
Aplicações em operações Compromissadas - LTN (nota 5a)	461.735	575.181
Total	526.608	652.236

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 31 de dezembro de 2018, apresentavam montantes de R\$461.735 (R\$575.181 em 2017), e que estavam representadas por operações compromissadas prefixadas, lastreadas substancialmente em Letras do Tesouro Nacional (LTN) em 2018. No exercício foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$25.868 (R\$40.333 em 2017).

	2018	2017
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	461.735	575.181
Total	461.735	575.181

b) Os Títulos e Valores Mobiliários estavam representados por investimentos em cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") - Banco GMAC Financiamento a Concessionários, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2018, era de R\$146.964 (R\$115.369 em 2017). No exercício foi apropriado ao resultado receita no montante de R\$14.920 (R\$23.050 em 2017).

	2018	2017
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (i)	146.964	115.369
Total	146.964	115.369

(i) Representado por aplicação em cotas subordinadas do FIDC classificadas como mantidas até o vencimento, equivalente ao prazo de duração do Fundo previsto no seu regulamento.

O Fundo, administrado pela Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. e gerido pela Credit Agricole Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários iniciou suas operações em 26 de outubro de 2009, com prazo determinado de duração de 50 anos contados a partir da primeira integralização de Cotas Seniores da 1ª série do Fundo. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor, tendo por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios do segmento financeiro, celebrados entre o Banco e seus clientes, sendo esses direitos creditórios oriundos de financiamento de veículos.

O FIDC busca, mas não garante, atingir rentabilidade no médio e longo prazo, equivalente à taxa DI mais 5,75% a.a. para cotas mezanino e à taxa DI mais 3% a.a. para cotas seniores. Não existem atualmente cotas mezanino. As cotas subordinadas não possuem rentabilidade alvo, estando sua valorização condicionada à rentabilidade líquida do Fundo, já que desconta-se a remuneração das outras classes de quotas.

Participação no patrimônio líquido do FIDC:

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, o FIDC deve manter relação mínima entre o valor das cotas seniores e o de seu patrimônio líquido, sendo que esta relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas mensalmente. O Banco é o detentor da totalidade das cotas subordinadas do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

No quadro a seguir, estão demonstradas as relações mínimas entre o valor das cotas seniores e subordinadas em relação ao patrimônio líquido do FIDC, quais sejam:

	% Em relação ao patrimônio líquido (a)
Cotas seniores	Máximo de 73%
Cotas subordinadas	Mínimo de 27%

a) Conforme o Regulamento do Fundo o somatório das cotas mezanino, se houver, e das subordinadas deverá ser equivalente a no mínimo 30% do patrimônio líquido do Fundo.

Natureza do envolvimento do Banco com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento:

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Banco, sem prejuízo do direito do cessionário, FIDC, diretamente ou por intermédio de terceiros.

Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC:

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus cotistas.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

a) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por tipo de operação:

	2018	2017
Operações de Crédito		
Empréstimos	11.098	2.179
Financiamentos	8.548.897	7.011.107
Financiamentos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	1.956.937	2.286.338
Operações de arrendamento mercantil (nota 7b)	54.956	9.595

	2018	2017
Outros Créditos		
Títulos e créditos a receber (i)	534.154	206.535
Total	11.106.042	9.515.754

(i) Refere-se integralmente a recebíveis comerciais de venda a prazo de veículos, adquiridos sem coobrigação.

b) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil:

	2018	2017
Operações de Arrendamento		
Arrendamentos a receber	61.192	11.073
Rendas a apropriar	(60.926)	(11.073)
Valores residuais a apropriar	514	104
Valores residuais a balancear	(514)	(104)
Imobilizado de arrendamento (nota 11)	54.929	9.763
Valor residual antecipado (nota 14)	(239)	(168)
Valor presente dos contratos (nota 7a)	54.956	9.595

c) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por atividade econômica:

	2018		2017	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Sector privado				
Pessoa física	6.835.093	61,5%	6.664.273	70,0%
Outros serviços	1.964.578	17,7%	390.233	4,1%
Comércio	2.298.511	20,7%	2.453.955	25,8%
Indústria	7.860	0,1%	7.293	0,1%
Total	11.106.042	100,0%	9.515.754	100,0%

d) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento:

	2018		2017	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas:				
Até 60 dias	68.223	0,6%	103.439	1,1%
De 61 a 180 dias	26.961	0,3%	29.401	0,3%
De 181 a 360 dias	13.408	0,1%	14.238	0,1%
	108.592	1%	147.078	1,5%
Parcelas a vencer:				
Até 180 dias	5.787.656	52,1%	4.475.340	47,1%
De 181 a 360 dias	1.677.793	15,1%	1.672.541	17,6%
Acima de 360 dias	3.532.001	31,8%	3.220.795	33,8%
	10.997.450	99,0%	9.368.676	98,5%
Total	11.106.042	100%	9.515.754	100%

e) Concentração do risco de crédito:

	2018		2017	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Maior devedor	406.280	3,7%	138.722	1,4%
10 devedores seguintes	717.089	6,5%	547.282	5,7%
50 devedores seguintes	1.288.218	11,6%	909.955	9,5%
100 devedores seguintes	1.125.296	10,1%	751.397	7,8%
Demais devedores	7.569.159	68,2%	7.277.449	75,6%
Total	11.106.042	100%	9.624.805	100%

f) Composição da carteira por indexadores

	2018		2017	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Pré-fixado	7.431.566	66,9%	7.376.536	77,5%
Pós-fixado	3.674.476	33,1%	2.139.218	22,5%
Total	11.106.042	100%	9.515.754	100,0%

g) Movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos:

	Contratos em carteira própria		Contratos em carteira cedidos		Total
Saldo no início do exercício		204.185		16.252	220.437
Constituição/(Reversão) de provisões		210.219		1.853	212.072
Baixas		(178.941)		-	(178.941)
Saldo no fim do exercício		235.463		18.105	253.568

h) Composição da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, outros créditos, e correspondente provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa referente aos contratos não cedidos e contratos cedidos:

	2018			2017		
	Taxa de provisão	Total de operações	Provisão constituída	Total de operações	Provisão constituída	
Nível de risco						
AA	-	120.515	-	68.532	-	
A	0,5%	8.002.991	40.015	7.170.623	35.855	
B	1,0%	986.668	9.867	931.584	9.316	
C	3,0%	1.638.442	49.153	1.042.889	31.287	
D	10,0%	166.938	16.694	119.328	11.933	
E	30,0%	48.233	14.470	45.133	13.540	
F	50,0%	26.156	13.078	25.044	12.522	
G	70,0%	19.357	13.549	22.119	15.482	
H	100,0%	96.742	96.742	90.502	90.502	
Total		11.106.042	253.568	9.515.754	220.437	

i) Durante o exercício foram registradas receitas com créditos recuperados no valor de R\$60.666 (R\$75.652 em 2017), contabilizado na linha Receitas de Intermediação Financeira das Demonstrações do Resultado. Em 31 de dezembro de 2018, existiam contratos renegociados no montante de R\$3.766 (R\$8.083 em 2017).

j) Cessão de crédito

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Banco cedeu ao FIDC, com retenção substancial de riscos e benefícios, o montante de R\$2.718.765 (R\$2.766.558 em 2017), em operações de financiamento de veículos, tendo apropriado despesas no montante de R\$36.622 (R\$51.548 em 2017).

O valor presente dos contratos cedidos pela taxa original, em 31 de dezembro de 2018, com retenção substancial de riscos e benefícios, registrados na rubrica de "Operações de crédito", totalizam R\$526.934 (R\$404.349 em 2017), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - Diversas - Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" (nota 14) no montante de R\$521.518 (R\$400.588 em 2017). Há provisão para créditos de liquidação duvidosa para estas cessões no montante de R\$5.963 (R\$4.318 em 2017) registrado na rubrica "provisão para créditos de liquidação duvidosa".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Banco cedeu operações de crédito de financiamento de veículos, com retenção substancial de riscos e benefícios, a outras instituições financeiras, no montante de R\$1.109.846 (R\$1.032.014 em 2017), tendo apropriado despesas no montante de R\$156.857 (R\$303.146 em 2017). Os contratos objeto de cessão referem-se a financiamentos de veículos, cujos vencimentos ocorrerão até 2023.

O valor presente das operações de crédito de financiamento de veículos cedidas a outras instituições financeiras, com retenção substancial de riscos e benefícios, e registrados na rubrica de "Operações de crédito", em 31 de dezembro de 2018, consta o montante de R\$1.430.003 (R\$1.881.989 em 2017), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - Diversas - Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" (nota 14) no montante de R\$1.564.807 (R\$2.035.767 em 2017). Há provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas cessões, no montante de R\$12.141 (R\$11.934 em 2017), registrada na rubrica "provisão para créditos de liquidação duvidosa".

k) Composição da PCLD - Carteira Cedida

	Contratos cedidos		
	Taxa de provisão %	Total de operações	Provisão constituída
AA	-	16.448	-
A	0,5%	1.487.391	7.438
B	1,0%	251.036	2.510
C	3,0%	182.906	5.487
D	10,0%	16.060	1.606
E	30,0%	2.710	813
F	50,0%	231	116
G	70,0%	65	45
H	100,0%	90	90
Total		1.956.937	18.105

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota 13c)

Depósitos judiciais (nota 16b) (i)

Devedores diversos - país (ii)

Impostos a recuperar (iii)

Valores a receber de sociedades ligadas (nota 26e) (iv)

Adiantamentos e Antecipações Salariais

Total

Ativo circulante

Realizável em longo prazo

(i) Referem-se, principalmente, aos depósitos efetuados em ações judiciais (Mandados de Segurança e Ações Anulatórias) para suspender a exigibilidade de tributos que se encontram sob discussão e outros processos judiciais. Os principais tributos depositados judicialmente são Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, os quais estão provisionados nas rubricas "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" (nota 15) e "Provisão para riscos e obrigações legais" (nota 16).

Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (notas 22 e 23, respectivamente).

(ii) Representados, principalmente, por valores transferidos de operações de crédito para outros créditos, decorrentes dos avisos de recebimentos de parcelas de financiamento CDC, "Floor Plan" e Leasing, creditados em conta corrente no primeiro dia útil subsequente, no montante de R\$24.915 (R\$20.844 em 2017). Referem-se também a valores de IPVA devidos pelos arrendatários, cobrados do Banco pelos Estados onde estes veículos estão registrados no montante de R\$970 (R\$1.002 em 2017) líquido de provisão para perda, que o Banco cobrará posteriormente dos respectivos arrendatários.

(iii) Referem-se substancialmente à antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social no valor de R\$12.644 em 2017.

(iv) Referem-se, principalmente, a valor a receber de financiamento da modalidade de "Floor Plan" e CDC junto à General Motors do Brasil no valor de R\$31.884 (R\$32.087 em 2017). Adicionalmente, estão registrados valores a receber de ligadas relacionadas a despesas com pessoal no valor de R\$5.285 (R\$12.030 em 2017).

9. OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso

Os bens retomados são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o saldo de Bens não de uso totalizava R\$2.939 (R\$2.541 em 2017).

b) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas classificadas em "Outros valores e bens" referem-se às comissões de originação de operações de crédito pagas aos correspondentes no País. Destaca-se que as comissões originadas, a partir de 2015, estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.294/14, que estabeleceu que as comissões pagas aos correspondentes em decorrência da originação de novas operações de crédito devem ser reconhecidas integralmente quando da originação da operação, bem como ficam limitadas aos percentuais máximos de 6% do valor da nova operação originada e 3% do valor da operação objeto de portabilidade, e em conformidade com a Circular BACEN nº 3.738/14, que estabelece os procedimentos para contabilização da remuneração de correspondentes no País, facultando a aplicação escalonada da apropriação contábil, opção adotada pelo Banco. A apropriação das comissões é realizada mensalmente no resultado, em conformidade com as normas vigentes. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de despesas antecipadas montava R\$9.129 (R\$33.020 em 2017), e foram apropriadas ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 despesas no montante de R\$158.236 (R\$174.127 em 2017), na rubrica "Outras Despesas Administrativas" (nota 21).

continua



SERVIÇOS
FINANCEIROS

BANCO GMAC S.A.
CNPJ nº 59.274.605/0001-13

TRAILBLAZER



continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais - R\$)

10. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

	2018		2017	
	GMAC Administradora de Consórcios Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.	GMAC Administradora de Consórcios Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.
Dados da controlada:				
Patrimônio Líquido no final do exercício antes da apuração do resultado	463.866	85.910	402.490	60.096
Lucro do exercício	64.748	27.783	61.376	25.820
Participação no capital	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Movimentação de Investimentos:				
No início do exercício	463.866	85.910	402.490	60.090
Resultado de equivalência patrimonial	64.748	27.783	61.376	25.820
No final do exercício	528.614	113.693	463.866	85.910

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	Taxa de depreciação (i)	2018	2017
Veículos arrendados	20,00% a.a.	68.570	12.342
Superveniência (Insuficiência) de depreciação (nota 3f)		(4.886)	(284)
Depreciação acumulada		(8.755)	(2.295)
Imobilizado de arrendamento (nota 7b)		54.929	9.763

(i) Taxas de depreciação conforme Portaria do Ministério da Fazenda nº 140/84.

12. CAPTAÇÕES

	2018	2017
Depósitos interfinanceiros	2.405.452	2.510.027
Depósitos a prazo	3.744.439	2.618.819
Letras financeiras	2.019.286	1.363.720
Total	8.169.177	6.492.566
Passivo circulante	5.794.739	4.394.721
Exigível a longo prazo	2.374.438	2.097.845

As captações são representadas por Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, Certificados de Depósitos Bancários - CDB e Letras Financeiras com vencimentos até maio de 2021, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados entre 6,35% e 12,88% ao ano no montante de R\$2.845.352 (R\$2.546.893 em 2017) e captações pós-fixadas atreladas a percentual da variação do CDI ou da SELIC, entre 9% e 112%, no montante de R\$3.304.539 (R\$2.581.983 em 2017).

a) Foram apropriadas para o resultado as seguintes despesas de captações:

	2º Semestre	2018	2017
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	78.299	171.803	210.016
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	104.622	199.833	166.944
Letras financeiras	64.999	118.683	199.047
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	1.876	3.480	2.585
Total	249.796	493.799	578.592

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2018		2017	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes da tributação	601.376	601.376	443.778	443.778
Alíquotas	25%	20%	25%	20%
Despesa de acordo com as alíquotas	(150.344)	(120.275)	(110.945)	(88.756)
Efeito de IR e CS sobre diferenças permanentes				
Participações no lucro e resultado	7.809	6.247	5.687	4.550
Juros sobre capital próprio	33.103	26.482	31.150	24.920
Resultado de equivalência patrimonial	23.133	18.506	21.799	17.439
Outras adições/exclusões permanentes	(1.299)	(1.028)	(440)	(335)
Total IR e CS sobre diferenças permanentes	62.746	50.207	58.196	46.574
Incentivos Fiscais (i)	4.081	-	1.614	-
Ajuste de imposto corrente exercício anterior (ii)	9	10	5.027	5.395
Ajuste de imposto diferido exercício anterior (iii)	(13)	(10)	(7.711)	(6.169)
Ajuste de prejuízo fiscal/Base negativa (iii)	4	-	2.209	495
Ajuste da majoração de 5% da CSLL (nota 3 j)	-	(10.830)	-	(9.681)
Baixa de provisão de incentivos fiscais	106	(273)	3	(337)
Ajuste de principal de contingência de IR/CS	-	-	(69)	(25)
Adicional do imposto de renda	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(83.385)	(81.171)	(51.652)	(52.504)
	(164.556)		(104.156)	

(i) Do total dos incentivos fiscais, R\$1.381 (R\$606 em 2017) refere-se ao Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT, conforme disciplinado no RIR/99 em seus artigos 581 a 589, R\$1.350 (R\$596 em 2017) referente a doações a projetos culturais, regulamentado pela Lei Rouanet (Lei 8.313, artigo 18º).

(ii) O ajuste refere-se ao efeito do recálculo da base de IRPJ e CSLL de 2016 na apuração do imposto corrente. Deve-se substancialmente aos efeitos descritos no item (iii).

(iii) O ajuste refere-se ao efeito da análise sobre a base de IRPJ e CSLL de 2016 no estoque de crédito tributário de diferenças temporárias de PCLD, Outras Provisões, Prejuízo Fiscal e Base Negativa, sobre o qual o Banco realizou diferenças temporárias que já eram dedutíveis em exercícios anteriores, mas que foram realizadas no primeiro semestre de 2017.

b) Composição do "Resultado de imposto de renda e contribuição social"

	2018		2017	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
IR e CS devidos	(53.425)	(64.819)	(18.658)	(22.922)
Constituição/(realização) de impostos diferidos:	(29.960)	(16.352)	(32.994)	(29.582)
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	(24.657)	-	(8.614)	-
Provisão para operação de crédito	(7.819)	(15.004)	(13.694)	(19.664)
Provisões para riscos fiscais	8.654	(383)	12.307	5.069
Outras adições temporárias	(575)	(2.009)	(11.336)	(10.509)
Correção de depósitos judiciais	(6.714)	1.044	(11.732)	(4.478)
Superveniência/Insuficiência de depreciação	1.151	-	75	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício	(83.385)	(81.171)	(51.652)	(52.504)
Total de imposto de renda e contribuição social	(164.556)		(104.156)	

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro:

	2018		2017	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízos fiscais	142.368	-	167.025	-
Diferenças temporárias:				
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	103.617	62.170	111.436	77.174
Provisão para riscos fiscais	201.090	120.419	192.436	120.802
Outras Adições Temporárias (i)	20.554	12.333	21.130	14.340
Insuficiência de Depreciação	1.222	-	71	-
Total de créditos tributários IRPJ e CSLL	468.851	194.922	492.098	212.316
Total de créditos tributários	663.773		704.414	
Ativo circulante	130.126		160.590	
Realizável em longo prazo	533.647		543.824	

(i) Referem-se substancialmente a adições temporárias sobre provisões para riscos cíveis e trabalhistas e pagamentos para fornecedores.

d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro:

Ano	IR		CS		Valor Contábil	Valor Presente
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Total	Total	Total
2019	72.747	13.790	43.589	130.126	122.230	
2020	196.876	102.870	117.485	417.231	366.959	
2021	43.338	11.101	25.736	80.175	64.538	
2022	3.321	14.607	1.992	19.920	14.368	
2023	7.343	-	4.406	11.749	7.619	
2024	794	-	476	1.270	740	
2025	712	-	427	1.139	597	
2026	462	-	277	739	348	
2027	124	-	74	198	84	
2028	766	-	460	1.226	464	
Total	326.483	142.368	194.922	663.773	577.947	

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$577.830 (R\$655.874 em 2017), calculado com base na taxa Selic projetada para os períodos de realização correspondentes, de acordo com a expectativa de realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias do Banco e indicadores econômico-financeiros.

Os créditos tributários foram avaliados para fins de impairment tomando-se em consideração a projeção de lucros tributários futuros.

e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

Ano	Constituições	
	31/12/2017 (Realizações)	Líquidas 31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Provisões para riscos fiscais	313.238	8.271
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e créditos baixados	188.610	(22.823)
Outras adições temporárias	35.470	(2.583)
Sobre Insuficiência	71	1.151
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	537.389	(15.984)
Créditos de Prejuízo Fiscal	167.025	(24.657)
Total de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	167.025	(24.657)
Total de créditos tributários	704.414	(40.641)
Obrigações fiscais diferidas		
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Sobre atualizações de depósitos judiciais	(179.878)	(5.669)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	(179.878)	(5.669)
Líquido	524.536	(46.310)

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2018	2017
Provisão para riscos cíveis (nota 16)	33.725	36.104
Provisão para riscos trabalhistas (nota 16)	25.819	31.538
Credores por antecipação de valor residual (nota 7b)	239	168
Valores a repassar a seguradoras	8.948	7.792
Credores diversos - país (i)	8.501	8.730
Valores a pagar de despesas com pessoal	34.171	27.286
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 26e)	1.372	109.642
Valores a pagar a fornecedores diversos	18.997	23.959
Títulos e créditos a receber (nota 7j) (ii)	2.086.325	2.436.355
Total	2.218.097	2.681.574
Passivo circulante	1.498.799	1.784.175
Exigível a longo prazo	719.298	897.399

(i) Refere-se substancialmente a valores de cessão de crédito no valor de R\$4.607 (R\$6.825 em 2017), os quais são pagos ao FIDC no primeiro dia útil subsequente à efetivação das operações.

(ii) Refere-se ao passivo das cessões de crédito de operações de varejo no montante de R\$1.564.807 (R\$2.035.767 em 2017) e FIDC no montante R\$521.518 (R\$400.588 em 2017), conforme nota 7j.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2018	2017
Outros impostos indiretos a pagar	13.827	13.156
Provisão para imposto sobre o lucro - corrente - IRPJ e CSLL	31.231	-
Provisão para impostos diferidos sobre atualização de depósitos judiciais (nota 13e)	185.547	179.878
Provisões para riscos e obrigações legais (nota 16a)	855.609	828.062
Total de outras obrigações fiscais e previdenciárias	1.086.214	1.021.096
Passivo circulante	120.545	206.447
Exigível a longo prazo	965.669	814.649

16. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

	2018	2017
a) Composição de provisão para riscos e obrigações legais		
Provisões para Riscos:		
Provisões para risco e obrigações legais	855.609	828.062
Provisões para riscos cíveis (nota 14)	33.725	36.104
Provisões para riscos trabalhistas (nota 14)	25.819	31.538
Total de provisões e obrigações legais	915.153	895.704
b) Movimentação de provisões para riscos e obrigações legais		
Saldo no início do exercício	828.062	31.538
Constituições (Reversões) líquidas do exercício	51.613	1.524
Valores pagos no exercício	(24.066)	(7.243)
Saldo no final do exercício	855.609	25.819
Total dos depósitos em garantia (nota 8)	960.914	9.489
Obrigações Legais		
Obrigações Legais: CSLL - as principais teses em discussão são: (a) ação que discute os valores pagos a título de CSLL nos anos-base de 1992 a 1996 (novembro de 1996) por ser empresa não empregadora; (b) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora; (c) mandado de segurança impetrado para garantir o direito de recolher a CSLL nos anos-base 1994 e 1995 à alíquota de 10%, afastando com isso, a incidência de Emenda Constitucional de Revisão nº 01/94, que instituiu para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 30%, o que fere o princípio da isonomia; e (d) mandado de segurança para assegurar ao Banco o direito de recolher a CSLL no ano-base 1996 à alíquota de 8%, afastando, dessa maneira, a incidência da Lei nº 9.246/95, a qual instituiu alíquota diferenciada de 18% para as instituições financeiras, o que fere o princípio da isonomia.		
PIS/COFINS - as principais teses em discussão são: (a) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS/COFINS por ser o Banco empresa não empregadora a partir de dezembro de 1996; (b) mandado de segurança impetrado para garantir ao Banco o direito de recolher o PIS/COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso, a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.		
Riscos trabalhistas		
São ações movidas principalmente por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência e no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação.		
Riscos cíveis		
São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.		
c) Resumo de passivos contingentes - causas classificadas como possíveis:		

Causas Possíveis	2018		2017	
	Quantidade de processos	Montante (R\$ mil)	Quantidade de processos	Montante (R\$ mil)
Cíveis	1.230	20.421	1.430	24.019
Trabalhistas	25	4.326	30	17.297
Fiscais	286	102.351	277	52.379
Total	1.647	127.098	1.739	93.695

continua



SERVIÇOS FINANCEIROS



BANCO GMAC S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

CRUZE

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais - R\$)

17. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se a recebimento antecipado de receita de campanha (equalização de taxa de juros) relativa às operações de crédito e arrendamento mercantil, no montante de R\$187.199 (R\$232.146 em 2017), conforme nota 26e, as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações na rubrica de "Receitas com Operações de Crédito", no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram reconhecidos resultados de R\$352.490 (R\$391.493 em 2017).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social
O capital social no montante de R\$1.864.713 (R\$1.688.282 em 2017) está representado por 1.141.400.925 ações ordinárias (1.141.400.925 em 2017).

b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio
Em 25 de setembro e 14 de dezembro de 2018, a Administração deliberou e aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$132.410 (R\$124.600 em 2017).

c) Reservas de Lucros
A reserva legal é constituída a 5% do lucro do exercício, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. O saldo de reservas de lucros em 31 de dezembro de 2018 é de R\$378.109 (R\$281.363 em 2017).
Em 20 de abril de 2018, em Assembleia Geral Ordinária, foi deliberado o aumento de capital através da integralização de reservas de lucros no montante de R\$176.430 (R\$ 102.571 em 2017) que foi homologado pelo Banco Central em 30 maio de 2018, sem emissão de novas ações.

19. RECEITA COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram reconhecidas, no resultado, receitas de operações de crédito, conforme demonstrado:

	2º Semestre	2018	2017
Receita com operação de atacado	118.996	207.274	185.874
Receita com operação de varejo	743.286	1.517.804	1.613.738
Total	862.282	1.725.078	1.799.612

20. DESPESAS DE PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram reconhecidas "Despesas com Pessoal", conforme demonstrado:

	2º Semestre	2018	2017
Despesas com proventos	31.069	59.979	58.724
Despesas com encargos sociais	13.154	25.554	23.874
Despesas de benefícios	10.574	19.409	19.387
Outras	424	542	373
Total	55.221	105.484	102.358

21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A rubrica "Outras despesas administrativas" apresentava a seguinte composição nos exercícios:

	2º Semestre	2018	2017
Comissões pagas às concessionárias (nota 9b)	78.122	158.236	174.127
Sistemas de processamento de dados	12.193	24.690	27.080
Serviços técnicos especializados	19.505	38.413	43.697
Propaganda e publicidade	12.340	13.636	11.854
Sistemas de comunicação	4.433	9.239	10.251
Serviços prestados de terceiros	10.585	20.447	22.220
Despesas com sistema financeiro	7.917	16.501	14.655
Despesas com seguros	777	1.163	1.153
Emolumentos pagos aos cartórios	17.429	32.114	27.333
Amortizações e depreciações	1.711	3.281	2.936
Outras	8.878	17.975	18.391
Total	173.890	335.695	353.697

22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outras receitas operacionais" apresentava a seguinte composição nos exercícios:

	2º Semestre	2018	2017
Atualização monetária de depósitos judiciais e Impostos a Compensar	17.931	35.574	52.392
Recuperação de despesas	-	438	140
Reversão de provisão fiscal	-	-	492
Reversão de provisão para contingências cíveis e trabalhistas	4.265	11.884	14.903
Resultado na venda de bens não de uso próprio	6.343	11.451	11.922
Outros	3.599	4.342	3.257
Total	32.138	63.689	83.106

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outras despesas operacionais" apresenta a seguinte composição:

	2º Semestre	2018	2017
Despesas com atualização monetária de contingências fiscais	13.560	27.549	49.828
Despesas com provisões cíveis e trabalhistas	9.856	20.792	25.686
Despesa com cobrança	14.439	28.406	36.565
Despesas com incentivos culturais	2.700	2.700	1.007
Despesas com partes relacionadas (nota 26e)	-	-	308
Despesas com juros e multas	27	1.031	236
Outras	119	412	356
Total	40.701	80.890	113.986

24. RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Refere-se à receita com Taxa de Confecção de Cadastro (TCC), no montante de R\$89.199 (R\$92.083 em 2017).

25. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A rubrica "Despesas Tributárias" apresenta a seguinte composição:

	2º Semestre	2018	2017
COFINS	24.386	47.472	40.731
PIS	3.963	7.715	6.619
ISS	4.471	8.441	8.068
OUTROS	783	2.427	3.458
Total	33.603	66.055	58.876

26. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração
Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de Abril, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo GMAC.
b) Benefícios de Curto Prazo

	2º Semestre	2018	2017
Salários e Honorários da Diretoria Executiva - Remuneração fixa	2.354	3.724	3.095
Remuneração variável	-	1.162	1.752
Outras	186	948	899
Total	2.540	5.834	5.746

c) Rescisão do Contrato
Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Outras Informações - Operações de Crédito
Conforme previsto na Lei nº 13.506/17, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares.

e) Transação com partes relacionadas

As posições patrimoniais e de resultado auferidas em operações com partes relacionadas nos exercícios, podem ser resumidos como segue:

Partes relacionadas

	2018	2017		2018	2017
Ativo (passivo)	Receita (despesas)	Ativo (passivo)	Receita (despesas)	Receita (despesas)	Receita (despesas)
Partes relacionadas					
General Motors do Brasil Ltda.:					
Outros créditos (nota 8)	31.885	-	32.087	-	-
Rendas de prestação de serviços	-	15.948	-	15.948	-
Outras obrigações - Diversas (nota 14)	(1.372)	-	(109.642)	-	-
Resultado de exercícios futuros (nota 17)	(187.200)	352.490	(232.146)	391.493	-
GMAC Prest. de Serviços de Mão-de-obra Ltda.:					
Captações em depósitos a prazo	(33.803)	(2.059)	(31.964)	(1.650)	-
GM Administradora de Bens Ltda.:					
Outros créditos (nota 8)	-	-	8	-	-
Empresas controladas					
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.:					
Outros créditos (nota 8)	1.432	-	1.188	-	-
Captações em depósitos a prazo	(511.439)	(59.678)	(435.661)	(51.482)	-
Receita de prestação de serviços	-	12.532	-	11.517	-
GMACI - Corretora de Seguros Ltda.:					
Outros créditos (nota 8)	826	-	693	-	-
Captações em depósitos a prazo	(114.313)	(6.185)	(86.968)	(6.794)	-
Receita de prestação de serviços	-	7.482	-	6.876	-
Controladora					
General Motors Financial Inc.:					
Outros créditos (nota 8)	3.028	-	10.149	-	-
Outras despesas operacionais	-	-	-	(308)	-
Receita de prestação de serviços	-	6.154	-	6.961	-
General Motors Investment Participações Ltda.:					
Captações em depósitos a prazo	(9.192)	(120)	(853)	(164)	-

27. GERENCIAMENTO DE RISCO

(a) Em consonância com a regulamentação vigente, as práticas adotadas no mercado e as recomendações do comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:

(i) Risco de Crédito - consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e a área de risco de crédito, como responsável por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite de riscos adotados pela organização;

(ii) Risco Operacional - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17 e Circular BACEN nº 3.678/13, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Risco Operacional, como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (KRIs), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;

(iii) Risco de Mercado - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17 a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de mercado, e a área de Riscos Corporativos, como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras através de acompanhamento do IRRBB (Interest Rate Risk of the Banking Book) avaliando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, GAP Analysis, Backtesting e teste de estresse. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura e estratégia;

(iv) Risco de Liquidez - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17 a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de liquidez, e a área de Riscos Corporativos, como a responsável por realizar o monitoramento e o controle independente como o acompanhamento do TRF (Time to Required Funding), Cálculo Descasamento de Taxas, Cálculo Descasamento de Moedas, Apuração do LCR, Cálculo e divulgação da instituição financeira, GAP Analysis, Backtesting e teste de estresse. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura e estratégia;

(v) De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. Nossa estratégia é manter o capital em níveis adequados de acordo com a estratégia adotada pela Chevrolet Serviços Financeiros, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local (10,50%), e que ao mesmo tempo não seja excessivo, comprometendo os resultados do negócio;

(a) Outros Riscos:
(i) Risco Socioambiental - De acordo com a Resolução 4.327/14 do CMN, o risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais associadas às atividades e operações da instituição. A Chevrolet Serviços Financeiros construiu uma Política de Responsabilidade Socioambiental, monitorada, atualizada e posta em prática pela área de Riscos, visando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco socioambiental presente nas atividades e nas operações. Essa estrutura prevê, através deste documento, estratégias, limites e procedimentos destinados a manter a exposição a risco socioambiental em conformidade com os níveis fixados na RAS(Risk Appetite Statement).

(ii) Risco de Conformidade - O risco de conformidade é associado à ausência ou incorretas ações tomadas para garantir a conformidade com as normas, legislações e boas práticas aplicáveis ao segmento. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange o gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de Compliance da Chevrolet Serviços Financeiros gerencia este risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, visando garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas.

(iii) Risco Legal - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos, contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A Chevrolet Serviços Financeiros através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio.

(iv) Risco Estratégico - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequada ou de falta desta, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão.

(v) Risco Reputacional - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de rating, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Chevrolet Serviços Financeiros é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Adesão aos programas de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS/Anistia Lei nº 11.941/2009): Em 30 de novembro de 2009, o Banco aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido na Lei nº 11.941/09. O Banco possui em 31 de dezembro de 2018, um total de provisões sobre contingências aderidas ao REFIS no montante de R\$ 256.379 (R\$ 242.591 em 2017), sendo R\$ 58.018 (R\$ 58.018 em 2017) de Principal, R\$523 (R\$ 523 em 2017) de multas e R\$ 197.838 (R\$ 184.050 em 2017) de juros. Dessa forma, o Banco assume débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os efeitos fiscais e contábeis relativos ao enquadramento dos processos submetidos ao REFIS estão sendo realizados conforme o desfecho das discussões judiciais, com a consequente destinação dos depósitos pelos juizes responsáveis.

29. ÍNDICE DA BASILEIA

De acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 31 de dezembro de 2018 foi de 19,1%.

Título/Risco ponderado	Ativos	Ativo ponderado por risco	Patrimônio de referência exigido
Risco reduzido - 20%	67.200	13.440	1.159
Risco reduzido - 75%	6.417.088	4.812.816	415.105
Risco reduzido - 100%	4.909.636	4.909.636	423.456
Risco reduzido - 250%	184.745	461.862	39.836
Risco reduzido - 300%	-	-	-
Subtotal 1	11.578.669	10.197.754	879.556
Parcela para cobertura de Risco Operacional	576.419	576.419	49.716
Parcela para cobertura de exposição de Risco Cambial	54	54	5
Subtotal 2	576.473	576.473	49.721
Total	12.155.142	10.774.227	929.277
Patrimônio de referência			2.059.461
Índice de Basileia			19,1%

A Diretoria

Contador: Alexandre Passos Alves - CRC 1SP-297700/O-2

continua



SERVIÇOS FINANCEIROS

BANCO GMAC S.A.
CNPJ nº 59.274.605/0001-13

S10 HIGH COUNTRY



→ **continuação**

Relatório do Comitê de Auditoria

I. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Conglomerado GMAC, composto pelo Banco GMAC S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda., neste documento denominado, simplesmente, Grupo GMAC, foi instalado no dia 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GMAC S.A., e atua como único para o Consolidado Econômico-Financeiro do Grupo GMAC.

Em reunião realizada em 21 de março de 2019 foram aprovadas as matérias objeto do Relatório do Comitê de Auditoria e o seu respectivo Resumo, estando à Integra do Relatório à disposição do Banco Central do Brasil na sede da Instituição.

II. ATIVIDADES DO COMITÊ

O Comitê se reuniu com o propósito de analisar as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 31 de dezembro de 2018, previamente recebidas, assim como examinar e aprovar o conteúdo do Relatório do Comitê de Auditoria, referente às atividades desenvolvidas relativas à mesma data-base, este Resumo e demais atividades pertinentes a este fórum.

Com relação às atividades e informações do segundo semestre de 2019, o Comitê destaca os seguintes temas:

a) Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis

O Comitê revisou e aprovou, sem ressalvas, as demonstrações financeiras do Banco GMAC e GMAC Administradora de Consórcios, referentes à data-base - 31 de dezembro de 2018, que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Concluiu que os trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias e áreas de riscos e de controles internos são eficazes e conferem transparência e qualidade às Demonstrações Financeiras do Grupo GMAC, recomendando sua aprovação pelo corpo diretivo, para a data-base de 31 de dezembro de 2018.

b) Avaliação da efetividade do Sistema de Controles Internos

O Comitê ressaltou que reconhece o esforço de melhoria contínua proposto pela Administração e a aplicação das melhores práticas de mercado no que se refere à Governança Corporativa, bem como com relação às melhorias dos Controles Internos e ao comprometimento com a transparência.

Outros documentos apresentados e aprovados neste Comitê:

- Relatório Semestral de Ouvidoria regulamentado pela Resolução 4433/2015 do CMN.
- Outros documentos de Governança trazidos pela Auditoria Interna para ciência dos membros permanentes deste Comitê relativos ao atendimento às Resoluções 4567/2017 e 4588/2017 do CMN.
- Política do Comitê de Auditoria.
- Resumo e Relatório do Comitê de Auditoria.

c) Validação da efetividade das Auditorias Independente e Interna

O Comitê considera que as Auditorias Independente e Interna vêm desenvolvendo seu trabalho de maneira satisfatória, adequado à complexidade e porte da instituição.

O Comitê mantém com os Auditores Independentes um canal regular de comunicação para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros.

O Comitê acompanha o processo de auditoria desenvolvido pela Auditoria Interna, por meio de reuniões periódicas, com as apresentações das respectivas recomendações e aprovou o novo plano de trabalho da auditoria proposto para o exercício de 2019. O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados apresentados ao Comitê nas sessões de trabalho não trouxeram ao seu conhecimento a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da Organização de maneira significativa.

d) Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e Internos

As recomendações em aberto dos Auditores Independentes e Internos, bem como aquelas oriundas dos órgãos reguladores, foram apresentadas e discutidas pelos membros, que avaliaram os cronogramas propostos e os cumprimentos das recomendações como satisfatórios.

e) Avaliação dos estudos técnicos para realização de créditos tributários

O Comitê examinou e aprovou os estudos para realização de créditos tributários do Banco GMAC e GMAC Administradora de Consórcios, conforme item II, parágrafo 2º, do artigo 1º da Circular nº 3.776/15.

III. CONCLUSÃO:

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação das demonstrações financeiras e contábeis do Grupo GMAC, para a data-base de 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 21 de março de 2019
O Comitê de Auditoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e administradores do

Banco GMAC S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco GMAC S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Banco GMAC S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nos cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2018 o saldo bruto de operações de crédito era de R\$ 11.106.042 mil, para o qual foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 253.568 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que substantia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Divulgação e provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme mencionado na nota explicativa 16, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de provisão para contingências prováveis era de R\$ 915.152 mil.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da administração do Banco, e levam em consideração, entre outros, aspectos relacionados a existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos esse assunto relevante para o processo de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco para 31 de dezembro de 2018 e confronto dos prognósticos de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis.

Analisamos as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas.

Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas na nota explicativa 16 às demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria executados sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e nos resultados obtidos, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as probabilidades de perdas, as estimativas de valores, as provisões e divulgações preparadas pela administração, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

3. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um componente relevante no nosso escopo e, consequentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

O Banco considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de suas plataformas tecnológicas necessárias ao bom desempenho de suas operações.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliar na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também, realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria em 21 de março de 2018, com ressalva referente a apresentação do ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil no ativo permanente em observância as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Não estamos ressaltando essa matéria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de março de 2019.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172167/O-6